

AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA

Processo nº.

NOME, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no artigo 600 do CPP, apresentar

RAZÕES DE APELAÇÃO

ao recurso interposto, pugnando pelo seu recebimento, processamento e posterior remessa dos autos à superior instância.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COLENDIA TURMA

Eminentes Desembargadores Julgadores

Ilustre Membro do Ministério Público

Processo nº.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL vem, na defesa de **NOME**, apresentar **RAZÕES** ao recurso de apelação interposto em face da sentença de CITAR FOLHA, fazendo-o nos seguintes termos:

I - FATOS

O recorrente foi condenado como incurso nas sanções do artigo 129, §9º, c/c art. 14, II, ambos do CP, à pena de 02 meses de detenção, em regime inicial aberto, tendo-lhe sido concedida a suspensão condicional da pena.

Intimada na sentença, a Defesa Técnica interpôs recurso de apelação (CITAR FOLHA), vindo os autos para apresentação das respectivas razões, que são apresentadas nos seguintes termos:

II - DOSIMETRIA DA PENA

A sentença merece reparos quanto à dosimetria da pena, conforme se passa a demonstrar.

Ao analisar a terceira fase da dosimetria da pena, a MMª. Juíza, em relação à **tentativa**, assinalou ter “ele percorrido, quase por completo, os atos executórios do iter criminis. Isto porque NOME, portando uma chave de fenda, correu atrás da vítima e,

somente não a maculou em sua integridade física porque ela correu atrás dele e, após ficar dando voltas no carro, se escondeu em um terreno. Logo, verifico que o acusado aproximou-se, significativamente, da consumação do delito, motivo pelo qual aplico a fração de **1/3 (um terço)** na redução da reprimenda (...)” (CITAR FOLHA).

Todavia, analisando-se a conduta do apelante, conforme é possível inferir da leitura do próprio decisum recorrido, trata-se a hipótese dos autos de **tentativa branca**.

Dessa forma, ainda que tenha iniciado a prática dos atos executórios – caso contrário, sequer tratar-se-ia de tentativa –, o recorrente não chegou a atingir, sob qualquer aspecto, a integridade física da vítima, que saiu ilesa do delito tentado.

Acerca do quantum a ser reduzido pela tentativa, em situações semelhantes à dos autos, o TJDF é pacífico ao apontar devida a aplicação da fração máxima trazida no parágrafo único do art. 14 do CP. Confira-se:

Tentativa de homicídio. Lesão corporal.
Individualização da pena. Culpabilidade.
Concurso de agentes. Consequências.
Laudo. Privilégio. Fração de redução.
Fundamentação. Tentativa branca. Iter
criminis.
(...)

4 - Deve ser usada a fração máxima de redução (2/3) em caso de tentativa branca, quando o agente, embora tenha efetuado vários disparos de arma de fogo contra a vítima, não a atinge. Precedentes do STJ.

5 - Apelação provida em parte.

(Acórdão n.1033887, 20140510090670APR, Relator: JAIR SOARES, Revisor: MARIA IVATÔNIA, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 27/07/2017, Publicado no DJE: 01/08/2017. Pág.: 205/224)

No mesmo sentido é o entendimento do C. STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TENTADO. CONFISSÃO QUALIFICADA. INCIDÊNCIA DO ART. 65, III, "D", DO CP. CAUSA DE AUMENTO DO ART. 121, § 4º, DO CP. CARACTERIZAÇÃO. TENTATIVA BRANCA. INCIDÊNCIA DA FRAÇÃO DE DIMINUIÇÃO MÁXIMA PREVISTA NA LEI. ENTENDIMENTO SEDIMENTADO NESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A confissão do acusado, ainda que qualificada, se utilizada para a reconstrução histórica dos fatos, atrai a aplicação do art. 65, III, "d", do Código Penal. Precedentes.

2. **A despeito da Corte Popular ter reconhecido o animus necandi do agente, nenhum dos disparos atingiu a vítima, o que caracteriza a tentativa branca. Nesses casos, este Tribunal Superior tem entendido de rigor a incidência da fração máxima de diminuição da pena prevista no parágrafo único do art. 14 do CP, na terceira fase da dosimetria.**

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 400.063/SC, Rel. Ministro
ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA,
julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)

Desse modo, não há que se falar que o iter criminis tenha sido percorrido quase por completo. Diversamente, este apenas se iniciou, sendo certo que, na hipótese, o recorrente sequer chegou a atingir a ofendida.

Assim, diante das provas efetivamente colhidas ao longo da instrução processual, que demonstram a existência de tentativa branca, há que ser aplicado o quantum de máximo de diminuição de 2/3 (dois terços) pela previsão do art. 14, parágrafo único, do Código Penal.

III - PEDIDO

Ante o exposto, a Defensoria Pública pugna pelo conhecimento e provimento do presente recurso, reformando-se a r. sentença para que seja aplicada a fração máxima de **2/3 (dois terços)** de redução da pena em razão da tentativa, em observância ao parágrafo único do art. 14 do CP.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO